



REASSENTAMENTO SÃO FRANCISCO DE ASSIS NO TOCANTINS: IDENTIDADE CAMPONESA E A LUTA POR POLÍTICAS PÚBLICAS

Resumo

O presente trabalho, propõe apresentar a história do Reassentamento São Francisco, localizado na zona Rural do Município de Porto Nacional - TO, uma comunidade que mantém atividades de uso da terra que fomentam as questões econômicas e culturais como parte integrante do território das famílias reassentadas, características relevantes para a composição da identidade camponesa. Essa produção textual em questão se enquadra em uma perspectiva agrária, com base no conceito de território, apresentando suas ações diárias e a ligação com a terra e a efetivação de suas atividades camponesas, se materializam no território e definem a base de suas vivências e territorialidades.

Palavras-chave: Território, Reassentamento, Campesinato.

Resumen

El presente trabajo propone presentar la historia del Reasentamiento São Francisco, ubicado en la zona rural del Municipio de Porto Nacional - TO, una comunidad que mantiene actividades de uso del suelo que promueven cuestiones económicas y culturales como parte integral del territorio. de las familias reasentadas, características relevantes para la composición de la identidad campesina. Esta producción textual en cuestión se encuadra en una perspectiva agraria, basada en el concepto de territorio, presentando sus acciones cotidianas y la vinculación con la tierra y la realización de sus actividades campesinas, se materializan en el territorio y definen las bases de sus experiencias y territorialidades.

Palabras clave: Territorio, Reasentamiento, Campesinado.

INTRODUÇÃO

A cidade de Porto Nacional está situada no centro do estado do Tocantins, com uma área de unidade territorial de aproximadamente 4.434,680 km² segundo dados do IBGE cidades. A mesma em questão, possui em sua trajetória histórica, a atuação de diversos atores sociais, pois, antes mesmo das primeiras aglomerações em vilas ou arraial do que viria ser denominado como o início de sua formação, o território já possuía a presença de indígenas xerentes, que foram expulsos por bandeirantes para outros territórios.

Embora esse lado da história tenha sua égide ainda no século XVIII, alguns movimentos sociais lutam por seus territórios ainda na atualidade, pois há presente resistência de quilombolas, como nas comunidades Malhadinha e Manoel João, e camponeses organizados a partir do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, assentados e grupos de reassentados.



Um exemplo de movimento social e camponês, símbolo de resistência até a atualidade é a luta do reassentamento São Francisco de Assis, situado na zona rural do município de Porto Nacional – TO a cerca de 35 km do perímetro urbano, e foi construído para reassentar as pessoas que tiveram seus territórios afetados e ou alagados pela construção da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães. O empreendimento no ramo hidrelétrico articulado por multinacionais, localiza-se entre os municípios de Lajeado e Miracema, no Tocantins, construída entre os anos de 1998 e 2002, sua construção impactou também outras cidades do estado, localizadas ao longo das margens do Rio Tocantins.

Além dos impactos ambientais, a usina hidrelétrica acarretou impactos sociais e econômicos. Sendo bastante visível, uma dessas características, a desapropriação de comunidades e propriedades ao longo das margens do rio.

Metodologia

Essa produção textual possui uma metodologia diversa, pois, surge partir da tentativa de compreender a dinâmica da comunidade do reassentamento e os fatores que contribuíram para o sucateamento das políticas públicas propostas, que surge este trabalho, inclusive, pautamos os posicionamentos aqui expostos em artigos que tratam como camponeses e demais movimentos sociais que lutam pela continuidade ou efetividade de seus direitos transfigurados em políticas públicas e na oralidade de seus moradores.

Então, após descrevermos algumas atividades de uso da terra que fomentam as questões econômicas e culturais que compõe o território das famílias reassentadas, fica evidente como a identidade camponesa está embricada em seus membros. São as vivências desses moradores, que demonstram como a causa em questão se enquadra em uma perspectiva agrária, com base no conceito de território.

Pois, tal ponto de partida conceitual apresenta como o tempo que estão no território, suas ações diárias e a ligação com a terra e a efetivação de suas atividades camponesas, se materializam no território e definem a base de suas territorialidades. É sobretudo, uma análise crítica acerca das perspectivas anexadas na sociedade, sendo essas, baseadas no neoliberalismo e suas projeções desenvolvimentistas no Brasil, levando em consideração as contradições, conflitos e resistências ao modo de produção capitalista.

Referencial teórico

Desde sua colonização o Brasil tem tido a questão da posse e controle da terra como tema ascedente em suas várias faces da desigualdade social entre os homens e mulheres que

fazem a identidade nacional, como aponta Sued (2018), dessa realidade nascem diversos conflitos e neles estão intrinsecos uma diversidade de perspectivas.

Pois se compreende que a realidade não se apresenta a todos à primeira vista, pois a mesma não se faz apartada do mundo, nisso exige uma atividade sensível e prática da realidade, para entendê-la Kosik (1976 apud SOUZA, 2016), ou ao menos elencar elementos que permitam a todos debater.

Nas ciências sociais, isso aflora de acordo Souza (2016) a partir da questão de luta política, de classes e controle de território, que a ciência geográfica caminha para as discussões agrárias, para buscar ater-se a todas as múltiplas espacializações da atividade social dos indivíduos na apropriação social da terra e ao uso a ela dado.

No entanto, quando se atenta aos sujeitos que atuam na conformação do fazer social se aguça o olhar sobre a abordagem do Estado, inclusive Silva (2016), explicita como os “órgãos” responsáveis pela ordem, e que sob a máscara de neutralidade amenizam conflitos entre classes. Os quais, quando olhados de perto vai se desanuviando e se constatando a dura vida do pesquisador, que consiste em enfrentar a realidade de que o Estado mediador é uma aparência, e quando volta-se para as questões agrárias se destaca a vasta documentação histórica e teórica que expõe o mesmo como um forte aliado da propriedade privada, da lógica latifundiária e alinhado as elites agrárias, Xavier (2015).

Dessa forma, o que se discute a partir da realidade do reassentamento São Francisco em Porto Nacional, no estado do Tocantins, é o que Borges (2019) destaca como a perda dos laços comunitários pela imposição do estilo de vida citadino trazidos pelas instalações de infraestruturas que impactam a organização social dos reassentados e como isso contribui na descaracterização e enfraquecimento dos grupos sociais que insistem na manutenção de suas vidas no campo, ao mesmo tempo que as classes dominantes agem, determinando e manipulando os fatores que tornam a terra valiosa.

NEOLIBERALISMO E O FOMENTO À CRIAÇÃO DE USINAS HIDRELÉTRICAS

Compreender o processo de criação das usinas hidrelétricas, faz-se necessário entender como a dinâmica geopolítica internacional e nacional pode ter influenciado nesse impactante empreendimento econômico diante dos rios no Brasil. Parte dessas motivações tem sua égide nos anos de 1956 a 1961 período em que os governos federais iniciaram a adesão das características neoliberais na economia brasileira.

Segundo Berrosso (2020), próximo a esse período em questão, a economia nacional aderiu a influência da Era do Automóvel, do Petróleo e da Produção em Massa, período

também em que desenvolve-se a indústria metal-mecânico-química. No entanto, essa dinâmica passa por uma dispersão em meados da década de 1950, e assume novas posturas nos governos administrados por Getúlio Vargas (1951-1954) e Juscelino Kubitschek (1955-1960). Por volta de 1950 ocorre a adesão da “multinacionalização”, ocasião em que o investimento externo é realizado com maior intensidade no país. Tal situação se reforça no governo de Juscelino Kubitschek, reafirmando a disponibilização da economia brasileira às atuações das multinacionais, ocasião fomentada pela adesão do neoliberalismo.

A construção da usina hidrelétrica veio acompanhada do discurso de trazer o desenvolvimento social e econômico para o estado do Tocantins, mas, muitas pessoas foram afetadas negativamente. Pois, ao utilizar dados da EIA-RIMA, Ferreira (2001), afirma que a Usina Hidrelétrica Luíz Eduardo Magalhães também conhecida como Usina de Lajeado, afetou diretamente 1.526 famílias, sendo que 997 estavam em áreas rurais e 529 em áreas urbanas.

Pessoas que atuavam em diversas atividades econômicas como: unidades de produção e extração mineral de barro, argila, cascalho, bem como, empresas do ramo de olarias, cerâmicas para construção civil, barqueiros, armazéns, bares, abatedouros, açougues, serviços de travessia por balsa ou barcos, mercearias, oficinas mecânicas, borracharias, lava-jatos, oficinas com atividades diversificadas (serraria, vidraçaria e marcenaria), beneficiadora de arroz, restaurante, consultório dental, autopeças, posto de combustível, barraca de frutas, unidades de atividades agropecuária, clubes de lazer, pesque-pague, fábrica de farinha de mandioca, carvoarias, além de ribeirinhos e etc.

Os rumores de perdas, incitaram a indignação popular, por isso, várias estratégias foram realizadas para promover a aceitação popular do empreendimento, dentre elas, a propagação do discurso de desenvolvimento, a disponibilização de uma energia barata e a possibilidade de empregabilidade nos diversos setores durante e após a construção da usina. Mas, suas obras se encerram entre os anos de 2000 e 2001, promovendo o funcionamento da usina em agosto 2001, um período de trabalho bem inferior ao cogitado.

Resultados e discussões

À medida que os rumores e as obras materializavam a usina hidrelétrica, o povo com maior probabilidade de ser atingido se movimentava e articulava para pensar em estratégias de não sair no completo prejuízo, uma vez que a construção já era algo eminente. É então que surge a atuação do MAB nacional, em apoio aos atingidos pela barragem de Lajeado, segundo dados fornecidos pela THEMAG, 4.969 famílias foram indenizadas por terem suas

vidas e dinâmica comercial e econômica afetadas pela inundação após o alagamento provocado pela barragem (Foschiera; Batista; Thomaz Junior, pg. 141, 2009).

As indenizações tomaram um rumo mais justo após o apoio do MAB, Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Tocantins (FETAET) e Ongs como a Comunidade de Saúde, Desenvolvimento e Educação (COMSAÚDE) e a Escola Família Agrícola (EFA), entidades que mobilizaram a população para a realização de reuniões, onde discutiam os impactos causados pelos grandes empreendimentos em barragens, e como deveriam reivindicar suas respectivas indenizações.

Muitos ribeirinhos receberam indenizações em dinheiro, enquanto outros, foram reassentados em outras áreas, onde deveriam existir infra-estrutura, casa com acesso água encanada, escola, posto de saúde, galpão para equipamentos e transporte coletivos. Mesmo com a possibilidade de indenização, as perdas para os trabalhadores do campo seriam bem maiores, pois, como afirma Borges (2019), havia uma relação de sentimento e pertencimento dos homens e mulheres com o território, devido a maioria das experiências de vida dessas pessoas serem originadas nas margens do Rio Tocantins.

Pois, as pessoas em questão, não possuíam vínculos somente econômicos com a terra, haja vista que, essa relação estritamente econômica, é uma característica das empresas multinacionais de cunho neoliberal que impõem seus planos desenvolvimentistas, como citado anteriormente, é o resultado de uma dinâmica econômica e comercial globalizante, e atuam diretamente com interesses nos recursos naturais. Para os camponeses existe o sentimento de pertencimento ao chão que se pisa, o rio onde pescam, pois é onde formam a identidade baseada em suas vivências e particularidades.

É então que a construção da Usina de Lajeado, resultou no desalojamento e reassentamento de várias famílias, que tiveram que se adaptar a novos modos de vida, como é o caso do São Francisco de Assis.

As famílias em questão, residiam as margens do Rio Tocantins, onde cultivavam, pescavam, caçavam e coletavam frutos do cerrado. Suas residências estavam próximas à cidade de Palmas - TO, algumas a cerca de 6 km do centro da cidade, no entanto, foram reassentadas à aproximadamente 35 km de Palmas, em terras que pertenciam a um produtor rural, e que foi adquirida pela INVESTICO. Além da disponibilização de um transporte coletivo, no referido local, foram construídas instalações como posto de saúde, escola, galpão coletivo e casas nos lotes de cada uma das chácaras que foram destinadas aos reassentados.

Todavia, vale ressaltar que existiam e ainda existem várias pequenas propriedades de organização familiar, próximas ao local escolhido para ser o reassentamento, onde, camponeses realizavam suas práticas cotidianas pautadas na agricultura familiar. Plantavam arroz, milho, feijão, mandioca, batata, e outras coisas, também mantinham pequenas criações de animais como bovinos, suínos, equinos, aves e etc. Parte considerável do que era produzido servia para a manutenção familiar o restante era comercializado ou cambiado com famílias vizinhas ou vendidos na cidade, embora, houvesse a dificuldade devido à falta de transporte para as cidades vizinhas.

Eram pessoas que viviam em um sistema de produção imediata, pautada na simplicidade e em técnicas rústicas de exploração dos recursos naturais, a exemplo das técnicas utilizadas na agricultura ou no extrativismo vegetal. Onde adolescentes, jovens, homens e mulheres, que, além de suas práticas agropecuárias, coletavam, recursos do cerrado que eram comercializados nas feiras, como pequi, buriti, murici, bacaba, jatobá, e até mesmo plantas consideradas medicinais como raiz de cansanção, casca de sucupira, entre outras plantas nativas tidas como medicinais.

Com a chegada do reassentamento, as pessoas que já residiam na região, viam no transporte público a possibilidade de comercializar esses e tantos outros recursos naturais nas feiras da capital Palmas – TO. Para os reassentados, que mesmo sendo indenizados, permaneceu a sensação de resistência de alguns dos diversos trabalhadores do campo que foram realocados para o São Francisco de Assis. Pois, inicialmente, além das novas terras, lhes foi prometido que teriam direito e acesso à políticas públicas básicas como, saúde, educação, transporte público e demais articulações que favorecessem a continuidade de suas dinâmicas geoespaciais.

Mas, os camponeses que ali se instalavam, sempre tiveram problemas no acesso à políticas públicas, educação era o mais agravante, além da falta de lazer e emprego, os mais atenuantes para a juventude, que viam na migração para as zonas periféricas da cidade a alternativa mais viável, indo residir em casas adquiridas por meio de compra, ocupações, ou na casa de parentes.

Houve algumas melhorias com a chegada do reassentamento no ano de 2000, pois, houve melhorias na estrutura da escola que já existia, a construção do posto de saúde, e a atuação do transporte coletivo, no entanto, são serviços que foram se esvaindo e relegando ao abandono os camponeses que já residiam na região e os reassentados.

Tendo em vista que, a implementação dessas políticas públicas costuma ser ofertadas à crianças e adolescentes, e são serviços públicos básicos direcionadas a um público

vulnerável, e no caso da realidade do campo, é uma das formas de promover as lutas por igualdade de direitos e equidade através da educação.

Sendo assim, fica evidente como no decorrer dos anos, as políticas públicas foram reduzidas, situações que contribuem para a migração para as cidades, desvalorização das terras e abandono da administração pública.

Ao notar-se, o normal funcionamento da Usina de Lajeado e a distribuição de energia para outros estados, é evidente que a proposta de impulsionar o desenvolvimento funcionou, no entanto, a questão é, quem foram os reais beneficiados? O agronegócio, que no Tocantins esteve em ascensão dos anos 2000 em diante, um setor em que algumas propriedades conseguiram certo êxito, pois continuam próximas ao lago e utilizam da água para irrigar suas plantações.

Outros setores envolvidos que também lucraram foram as empresas responsáveis pelo saneamento, abastecimento e distribuição de água e de energia. Como é o caso das empresas Companhia de Energia Elétrica do Tocantins (CELTINS), e a Companhia de Saneamento do Tocantins (SANEATINS).

São empresas que comandam recursos que são naturalmente encontrados no campo, no entanto, não possuem identidade ou vínculo com a terra, o que se torna mais agravante é a influência do capital estrangeiro, pois, na atualidade, as empresas citadas anteriormente acabaram cedendo o poder de administração para as empresas multinacionais.

Como é o caso da empresa BRK Ambiental, responsável pelo saneamento básico de mais de 100 municípios no Brasil, foi criada em 2008, atua com abastecimento de água, manutenção de esgotos e resíduos. Inicialmente a empresa fazia parte do grupo Odebrecht, mas, em 2016 passou a ser comandada majoritariamente pelo grupo Brookfield, que por sua vez, é um grupo fundado por investidores canadenses

Já a empresa responsável pela energia, Energisa Tocantins, pertence ao Grupo Energisa que atua com holding de capital aberto, e foi fundada em Cataguases, Minas Gerais. A empresa atua com geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia. No Tocantins, também gera energia a partir de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's) localizadas no interior do estado.

Tal atenção ao referido estado citado acima, sobre os recursos hídricos, como mencionamos anteriormente, é um plano antigo, desde o início da segunda metade do século XX, onde a dinâmica geopolítica mundial, exigiu novas demandas comerciais, que resultariam na exploração de novas fontes de energias, sobretudo nos países subdesenvolvidos, várias atuam no ramo, inclusive com a ajuda de capital estrangeiro. Pois,

É uma prática rentável e gera grande movimentação de capital, inclusive a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), afirma que o Brasil tem em operação 219 usinas hidrelétricas de grande porte, e cerca de 425 PCHs e 739 centrais geradoras hidrelétricas (CGHs).

Após vários estudos e investimentos, tem-se um novo panorama das utilizações do rio Tocantins, grande destaque para as usinas hidrelétricas, motivos de grandes empreendimentos e a materialização de 7 usinas como é exposto na imagem a seguir:

Figura 1: Diagrama esquemático de hidrelétricas

Diagrama esquemático de hidrelétricas da bacia hidrográfica do rio Tocantins



Fonte: Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. Disponível em: https://participacao-social.ana.gov.br/api/files/Relatorio_de_AIR_-_Sistema_Hidrico_do_Rio_Tocantins-1607537134591.pdf

De certa forma, é justificável do ponto de vista econômico as atenções sobre o Rio Tocantins, pois, a bacia do Tocantins-Araguaia possui cerca de 15% da capacidade de fornecimento hidrelétrico no Brasil, ou seja, é um investimento lucrativo. A questão é que, mesmo com essa quantidade de usinas, o estado do Tocantins não possui uma das tarifas mais baixas do Brasil, como justificavam no início da construção da Usina de Lajeado. Inclusive, o site Poder 360 Jornalismo, evidencia a sequência dos estados com suas tarifas médias e os valores pagos pelas contas de luz. O Tocantins está entre os mais caros, seguindo a sequência na seguinte ordem: Pará, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Alagoas, Amazonas, Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais, Pernambuco e Tocantins.

Sendo assim, fica evidente que o empreendimento da usina hidrelétrica trouxe o desenvolvimento e novos rumos para a economia, seja no uso direto da água ou energia, bem como pôde beneficiar grandes produtores próximos ao reservatório criado com a efetivação da barragem, no entanto, promoveu impactos irreversíveis na vida e cotidiano de diversos

trabalhadores, com ênfase aos camponeses que residiam as proximidades do rio antes do alargamento, pois, tiveram que lidar com uma nova adaptação em novos territórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que é preciso manter aguçado o olhar crítico quanto a ação do Estado por meios dos seus agentes e políticas públicas nos processos que englobam os camponeses que historicamente lutam pela terra e a manutenção de suas territorialidades, uma vez que, por diversas vias os mesmos são levados a enfrentar as arbitrariedades advindas da lógica de manutenção do poder que vai se instalando na máquina pública com a finalidade de garantir os interesses das classes dominantes.

A partir dos anos 1970, o rio Tocantins passou a ser pesquisado para ser objeto de grandes empreendimentos hidrelétricos, e passou a ter seus recursos inicialmente explorados no final dos anos 1980. Contexto que culminou na criação da Usina Hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães, no final dos anos 1990 a início dos anos 2000.

Tal feito, deu origem ao reassentamento São Francisco de Assis, situação que trouxe desenvolvimento comercial, mas impactos irreversíveis à vida dos atingidos pela barragem. A partir dos elementos postos da realidade desses sujeitos, se mostra um lócus da reprodução da lógica do poder socioeconômico hegemônico no Brasil, que busca suprimir as classes que trabalham no campo ao colocarem como grupos marginais acuando-os e lhes impondo uma participação secundária na história do país.

As promessas de uma indenização justa não condizem com a realidade, pois muitos recursos prometidos diminuem cada vez mais, no entanto, as perdas culturais e a ruptura na construção da identidade desses trabalhadores do campo são incalculáveis, pois, são pessoas que foram arrancadas de seus lugares de origem, e essa adaptação em um novo território não foi fácil, ainda mais com as constantes lutas por uma vida digna.

REFERÊNCIAS

- BEROSSO, Ricardo. JK entregou o Brasil às multinacionais? 2020; **Revista disparada**. Disponível em: <https://disparada.com.br/jk-brasil-multinacionais/>
- BORGES, Samara Letycia Moura. Representações do Cotidiano no Reassentamento São Francisco de Assis No Tocantins (1998-2019). **Dissertação**. Programa de Pós-graduação em História. UNB – Universidade de Brasília. Brasília, 2019.
- FERREIRA, Adão de Jesus. Licenciamento Ambiental da Hidrelétrica do Lajeado: um estudo sob a ótica da sociologia do direito. 2001. **Dissertação**. Universidade Federal de Viçosa, Viçosa – Minas Gerais, 2001. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/10868>



IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Porto Nacional: **História e Fotos. IBGE –Cidades.** Disponível em < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/porto-nacional/historico> > Acesso em 01/05/2023

Menchise; Ferreira; Álvarez. Rose Mary; Diogo Menchise; Antón Lois Fernandez. Neoliberalismo, políticas públicas e desigualdade: Uma análise principalmente do Brasil. **Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social.** Rio de Janeiro. V, 16 n,01. 2023.

MONTEIRO, Marcel Stanlei. **Políticas Públicas.** Distrito Federal; UNICEPLAC. V2. 2022.

SILVA, Andressa Araújo. CONCEIÇÃO, Hericondio Santos. A contra reforma agrária no Brasil e as políticas públicas nos assentamentos rurais. **XXIII Encontro Nacional de Geografia Agrária: ajuste espacial x soberania(s): a multiplicidade das lutas e estratégias de reprodução no campo.** São Cristovão – SE. 09 a 13 de nov. 2016

SOUZA, Reinaldo. A questão agrária e a reforma agrária parcial no Brasil: breves considerações teóricas. **XXIII Encontro Nacional de Geografia Agrária: ajuste espacial x soberania(s): a multiplicidade das lutas e estratégias de reprodução no campo.** São Cristovão – SE. 09 a 13 de nov. 2016.

SUED, Hemily Alves Costa. A Posse da Terra como Mecanismo de Poder e Controle das Políticas Públicas Nacionais e no Mato Grosso. **XXIV ENGA – Encontro Nacional de Geografia Agrária.** Dourados-MS, 2018. Disponível em < <http://anaisenga2018.comunidades.net/a-posse-da-terra-como-mecanismo-de-poder-e-control> > Acesso em 15/04/2023.

XAVIER, Glauber Lopes. Senhores das Leis, Donos da Terra: o arauto da bancada ruralista na câmara dos deputados (2009-2014). **Revista Estudos Sociais E Agrícolas.** Rio Janeiro, vol.23, n.1, 2015:131-165.

Foschiera; Batista; Thomaz Junior. Atamis Antonio; Lucione Sousa; Antonio Thomaz. Organização e atuação do Movimento dos Atingidos por Barragens: o caso do MAB/TO. **Revista Pegada.** V, 10 n,01. 2009.

https://participacao-social.ana.gov.br/api/files/Relatorio_de_AIR_-_Sistema_Hidrico_do_Rio_Tocantins-1607537134591.pdf

PODER. <https://www.poder360.com.br/quem-somos/>

<https://www.to.gov.br/secom/noticias/tocantins-destaca-potencial-de-pequenas-hidretricas/4epq7wywmhsj#:~:text=A%20rede%20de%20distribui%C3%A7%C3%A3o%20de,Peixe%20Angical%20e%20Isamu%20Ikeda.>

<https://www.gov.br/ana/pt-br/sala-de-situacao/tocantins/saiba-mais-tocantins>

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/porto-nacional/panorama>

XAVIER, Jonathas Adonias. Cinema clássico para um público contemporâneo: o cinema como método para alunos da rede pública. In.: **Anais do II INTERFOR, VII ENFOR SUP.** Palmas – TO, 2017. UFT. Disponível em: https://docs.uft.edu.br/share/s/3iMMPL_wRISw597jz_UE-w